



OS BENEFÍCIOS DA CAPELANIA À SAÚDE MENTAL E ESPIRITUAL NO SERVIÇO OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

THE BENEFITS OF CHAPELIANSHIP IN MENTAL AND SPIRITUAL HEALTH IN THE MILITARY POLICE OPERATIONAL SERVICE OF PARANÁ

Benedito Gesualdo Bueno¹
Mariluce Emerim de Melo August²
Cristiano Nickel Junior³

RESUMO

A Polícia Militar do Paraná é composta por homens e mulheres que na sua maioria trabalha no serviço operacional. Alguns policiais desenvolvem problemas relacionados à saúde mental por causas diversas. Além disso, eles parecem preferir serviços administrativos para ter melhor qualidade de vida. A partir dessa problemática de pesquisa, buscou-se compreender até que ponto a vida cristã e o serviço operacional são compatíveis. A hipótese é de que, para evitar as tensões que geram afastamentos por motivos de saúde mental, policiais militares que aprofundam seu conhecimento bíblico preferem seguir sua carreira em setores administrativos e a capelania poderia ser mais efetiva no tratamento dessas tensões. O objetivo geral é verificar como a capelania militar poderá ajudar os policiais militares nas suas dificuldades, de forma a prevenir, identificar e tratar aqueles mais propensos a crises emocionais e espirituais. Os objetivos específicos são: compreender o que é capelania militar, sua aplicabilidade no ambiente policial militar, de que forma ela pode ajudar a diminuir os conflitos existentes e se existem dificuldades dos policiais com sua confissão de fé em relação ao serviço operacional. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de opinião para policiais militares, com perguntas abertas e fechadas. O questionário foi submetido via *WhatsApp*, o qual 65 policiais responderam de 15/03/22 a 04/04/22. A amostra foi considerada adequada para uma pesquisa qualitativa. A pesquisa demonstrou que a capelania militar poderá ajudar os policiais em suas dificuldades. Assim, cabe ao serviço de capelania entender como os policiais se veem em relação a espiritualidade e a sua unidade operacional. Entendendo o perfil dos policiais, poderá

¹ Discente no curso de Teologia da Faculdade Fidelis. Atuação na Polícia Militar. gesualdosgt@gmail.com.

² Docente na Faculdade Fidelis e FATEV. Doutora e mestre em Teologia pela PUCPR. Especialista em Ministério Pastoral e em Capelania e Cuidado Espiritual pela Faculdade Fidelis. Graduação em Teologia pela Faculdade Fidelis e em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC. marilucearq@gmail.com.

³ Docente na Faculdade Fidelis. Especialista em Teologia Aplicada pela Faculdade Fidelis. Licenciado em Música pela Universidade Estadual do Paraná. Aluno do Curso de Bacharelado em Letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professor nos cursos de graduação em teologia, pedagogia e psicologia da Faculdade Fidelis – cristiano.nickel@fidelis.edu.br.

aconselhar conforme a palavra de Deus, elevar a espiritualidade e evitar danos à saúde mental, seja através de conselhos, visitas, pequenos grupos, discipulados, cultos ou missas.

PALAVRAS-CHAVE: Policiais Militares. Serviço Operacional. Capelania. SAS.

ABSTRACT

The Military Police of Paraná is composed of men and women who mostly work in the operational service. Some police officers develop mental health problems from a variety of causes. In addition, they seem to prefer administrative services to have a better quality of life. From this research problem, we sought to understand to what extent Christian life and operational service are compatible. The hypothesis is that, in order to avoid the tensions that generate removals for mental health reasons, military police officers who deepen their biblical knowledge prefer to pursue their careers in administrative sectors and the chaplaincy could be more effective in dealing with these tensions. The general objective is to verify how the military chaplaincy can help the Military Police in their difficulties, in order to prevent, identify and treat those most prone to emotional and spiritual crises. The specific objectives are: to understand what military chaplaincy is, its applicability in the military police environment, how it can help to reduce existing conflicts and whether there are difficulties for police officers with their confession of faith in relation to operational service. The methodology used was an opinion poll for military police, with open and closed questions, which characterize a qualitative research. The questionnaire was submitted via WhatsApp, to which 65 police officers responded from 03/15/22 to 04/04/22. The sample was considered adequate. Research has shown that military chaplaincy can help police officers in their difficulties. Thus, it is up to the chaplaincy service to understand how police officers see themselves in relation to spirituality and their operational unit. Understanding the profile of police officers, you will be able to advise according to the word of God, elevate spirituality and avoid damage to mental health, whether through advice, visits, small groups, discipleship, services or masses.

KEYWORDS: Military Police. Operational Service. Chaplaincy. SAS.

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Paraná é composta por homens e mulheres na atividade e na reserva. Grande parte trabalha nos Órgãos de Execução responsáveis pelo atendimento de ocorrências e policiamento ostensivo/repressivo (Serviço Operacional). Há os que atuam nos Órgãos de Apoio (Inteligência, Logística e Assistência Médica) e nos Órgãos de Direção composta por Diretorias e Estado Maior (PARANÁ, PMPR-LOB, 2010).

Conforme Oliveira (2019, p. 1, 2), as atividades dos militares estaduais se caracterizam por “riscos, estresse, ações de resgate com risco à vida, constante contato com mazelas da sociedade, graves crimes e acidentes” que no decorrer do tempo afeta sua saúde física e mental. Ele afirma que os policiais e bombeiros militares “necessitam de mecanismos que auxiliem na manutenção da sua saúde, viabilizando um profissional em melhores condições para atuar em defesa do cidadão”. Dessa forma, os policiais militares que estão em contato direto nas ações

de atendimento de ocorrência, estão mais propensos a ter sua saúde mental afetada. Eles estão expostos a violência vivenciada nas ruas, a experiências traumáticas e em constante risco de vida.

A motivação para a escolha desse tema, se deve ao fato de que o primeiro autor atua na Polícia Militar há trinta anos. Foi possível observar que alguns policiais devido a sua confissão de fé, preferem deixar o serviço operacional. Outros preferem serviços sem exposição à violência para conciliar sua vida religiosa com a profissional. Nesta problemática, há de se questionar quais são as dificuldades em conciliar a atividade operacional dos policiais que diariamente ficam expostos às mais diversas formas de combate ao crime, com os ensinamentos da Bíblia e com a estabilidade emocional. Apesar dos policiais militares passarem por cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, de conhecerem diversas dinâmicas para lidar com atendimentos de risco e com a violência cotidiana, há casos de afastamento por saúde mental.

A hipótese é de que, para evitar os afastamentos por motivos de saúde, os policiais militares que aprofundam seu conhecimento bíblico preferem seguir sua carreira em setores administrativos e a capelania militar poderia ser mais efetiva no tratamento dessas tensões. O objetivo geral desse estudo é verificar como a capelania militar poderá ajudar os policiais militares nas dificuldades de atuar no combate ao crime, de forma a prevenir, identificar e tratar aqueles mais propensos a crises emocionais e espirituais em decorrência da sua prática de fé. Os objetivos específicos são: compreender o que é capelania militar e a sua aplicabilidade no ambiente policial militar; verificar se existem dificuldades dos policiais militares com sua confissão de fé em relação ao serviço operacional; esclarecer de que forma a capelania pode ajudar a diminuir esses conflitos.

Para conduzir esse estudo, optou-se por fazer uma pesquisa de campo para policiais militares. Perguntou-se aos respondentes se acreditam que os policiais militares preferem deixar de atuar no serviço operacional por causa de conflitos com a fé, se o tipo de serviço é incompatível com os ensinamentos bíblicos e se a capelania poderia contribuir para a saúde mental dos policiais militares. A pesquisa de opinião proposta, com perguntas abertas e fechadas caracteriza uma pesquisa qualitativa. O questionário foi submetido via *WhatsApp* e 65 policiais responderam de 15/03/22 a 04/04/22. A amostra foi considerada adequada para uma pesquisa qualitativa.

Para atender aos objetivos, a apresentação dessa pesquisa foi sistematizada com os seguintes títulos: Amparo legal para a atuação da Polícia Militar; Procedimentos Metodológicos; Resultados (Perfil dos respondentes; Relação do serviço operacional com a fé; A Bíblia sagrada e as demandas da atividade operacional; A prática religiosa em relação às

atividades operacionais; e A capelania na saúde mental e espiritual dos policiais militares);
Discussão e Conclusão.

1 AMPARO LEGAL PARA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) no seu Art. 144 diz que “a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, através da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (BRASIL, 1988).

A Constituição do Estado do Paraná em seu Art. 46 diz que a segurança pública, “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio”, pela Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Científica. No seu Art. 48 define que a Polícia Militar é uma força estadual, uma instituição permanente e regular, “organizada com base na hierarquia e disciplina militares”. A ela cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, bem como “a prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei”. (PARANÁ, 1989).

Já a Lei 1943 de 23 de junho de 1954, que dispõe sobre o Código da Polícia Militar do Paraná, cita em seu Art. 47 que o “compromisso é o ato legal pelo qual o militar presta juramento solene de subordinação às leis e aos seus deveres” e no seu Art. 49 que “os elementos que se alistarem na Corporação, prestarão solenemente o seguinte compromisso”:

Alistando-me soldado na Polícia Militar do Estado, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, respeitar meus superiores hierárquicos, tratar com afeto meus companheiros de armas e com bondade aos que venham a ser meus subordinados, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades competentes e votar-me inteiramente ao serviço do Estado e de minha Pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida. (PARANÁ, 1954).

Cabe ressaltar que no Art. 108, o policial militar tem “a responsabilidade integral das suas decisões e dos atos praticados, inclusive na execução de missões, ordens e serviços” por ele determinados. E o parágrafo único ainda estabelece que “no cumprimento de ordem emanada de autoridade superior, o executante não fica exonerado de responsabilidade pela prática de qualquer crime”. (PARANÁ, 1954). A respeito do serviço operacional, a Polícia Militar é uma instituição centenária, responsável por fazer o policiamento ostensivo/repressivo fardado e atuando diuturnamente. A PMPR é acionada através do telefone 190. Os operadores despacham as ocorrências para as viaturas mais próximas do local. A corporação também atua no policiamento de choque, florestal, trânsito, policiamento montado, e outros especializados.

Para amparo do policial em caso de infração penal, o Código Penal Brasileiro prevê em seu Art. 23: “não há crime quando o agente pratica o fato” em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular do direito. (BRASIL, DECRETO-LEI 2.848, 1940).

Todos os aspectos da legislação mencionada até aqui, pode ser comum no meio policial, mas é importante descrevê-la para que se entenda os aspectos jurídicos da polícia. A legislação é de suma importância para o desenvolvimento da atividade, pois muitas ações praticadas são questionadas pelas mais diversas entidades sobre sua legitimidade e não raras vezes são objeto de ações judiciais. Cabe salientar que todo policial militar responde seus atos em três esferas, a cível, a criminal e a administrativa. A exemplo de ações comumente questionadas na justiça, cita-se o uso tropa para controle de tumulto, geralmente causadas por ações políticas, sindicais, ou esportivas e também as ocorrências com confronto armado resultando em morte.

Quanto ao amparo legal para a capelania, a lei federal 6923 de 29 de junho de 1981 rege o serviço de Capelania nas instituições militares do país, em seu Art. 2º está escrito:

O Serviço de Assistência Religiosa tem por finalidade prestar assistência religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas. (BRASIL, 1981).

Conforme Alves (2017, p. 11), “reconhecidamente, a capelania militar é a mãe de todas as capelanias. Dessa forma, o estudo das demais áreas deve passar necessariamente por suas raízes na área castrense ou militar”. O autor afirma que a capelania militar é a mais estruturada no Brasil e assim serve de base e inspiração para as demais áreas de atuação da capelania. O Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Manoel da Silveira fundou oficialmente a capelania da Polícia Militar do Paraná, no dia 06 de maio de 1960 e sua portaria foi publicada no Boletim do Quartel General da Polícia Militar em 1961 (FILHO, 2004, p. 52). Em 2019, a portaria 1224

do Comando Geral da PMPR regulamentou o serviço de capelania através do Serviço de Assistência Religiosa da Diretoria de Pessoal (PARANÁ, 2019c, BG 238/19, p. 9).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para tratar o tema, foi realizada uma pesquisa de opinião para obter dados de fonte primária. Foi realizado um questionário com sete perguntas para serem respondidas por escrito pelos respondentes. Neste tipo de instrumento de pesquisa, com perguntas sistematicamente elaboradas, o sujeito pode responder com suas próprias palavras (SEVERINO, 2016, p. 134). O critério para elaboração das questões foi atender os objetivos gerais e específicos do projeto de pesquisa, averiguando como é vista a capelania militar e como ela pode ajudar as demandas da caserna; se há crises relacionadas a atividade operacional; qual a sua relação com os ensinamentos bíblicos; de que maneira a atividade policial atua na vida religiosa e qual é o relacionamento dos policiais com sua comunidade eclesial.

O questionário com perguntas abertas e fechadas foram elaboradas no aplicativo *Google Forms*, vinculando-se as respostas a uma planilha do programa *Excel*, sem a possibilidade de identificação dos participantes. O acesso ao questionário foi enviado via aplicativo *WhatsApp*, para aproximadamente 600 pessoas, de diferentes batalhões no Paraná. Ficou disponível entre 15/03/22 e 04/04/22, tendo sido respondido por 65 policiais, dando um tamanho adequado de amostra para uma análise qualitativa. O quadro a seguir, demonstra as questões do formulário de pesquisa enviado.

Quadro 1: Questões da pesquisa de opinião.

PESQUISA DE OPINIÃO DE POLICIAIS MILITARES SOBRE SAÚDE MENTAL
<p>Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Teologia, da Faculdade Fidelis, do aluno graduando Benedito Gesualdo Bueno (benedito.bueno@fidelis.edu.br) sob orientação da professora Mariluce Emerim de Melo August (mariluce.august@fidelis.edu.br) em 2022. O título do estudo é "O PAPEL DA CAPELANIA MILITAR NA RESTAURAÇÃO EMOCIONAL". O objetivo é compreender os conflitos da fé com a atuação na segurança pública e como o serviço de capelania pode ser útil junto à tropa. Ao responder o questionário, você autoriza a publicação do resultado e terá a garantia de total impossibilidade de identificação do respondente. Muito obrigado por sua colaboração.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Você trabalha em qual atividade da Polícia Militar, e há quanto tempo? 2. Você é adepto de alguma denominação religiosa? () sim () não. Qual? 3. Você participa da organização religiosa: () raramente; () de vez em quando; () ativamente 4. Você acredita que policiais militares preferem deixar de atuar no serviço operacional por causa de sua fé? () sim () não () depende; Por quê? 5. Em sua opinião, a Bíblia Sagrada ampara as demandas da atividade operacional? () sim; () não () depende. Em quais aspectos? 6. Você acha que as atividades profissionais na linha de frente tendem a afastar os policiais militares de sua prática religiosa? () sim; () não; () depende. Por quê? 7. Como a capelania militar poderia contribuir para a saúde mental dos policiais militares?

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os dados da pesquisa foram organizados em categorias para apresentação dos resultados. As declarações significativas destacadas dos participantes foram identificadas por PM1 (policia militar 1), PM2 (policia militar 2) e assim por diante.

No tratamento dos dados realizou-se uma codificação “inicial” para captar os códigos emergentes, a qual é um dos cinco métodos elementares de Saldaña (2013). Essa codificação serviu para mapear o conteúdo numa primeira leitura das respostas dos participantes e destacar as expressões que se repetiam e aquelas com novidades em relação às hipóteses.

Após serem destacadas e selecionadas as expressões significativas e organizadas em códigos iniciais, iniciou-se uma segunda codificação dessas expressões com códigos pré-estabelecidos. Essa codificação é a estrutural, a qual, de acordo com Saldaña (2013), aplica uma frase conceitual ou baseada em conteúdo representativo de um tópico de consulta a um segmento de dados. Os achados da pesquisa foram organizados no tópico “resultados”.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, a qual, entre outros aspectos, procura responder questões do tipo “o que ocorre” em uma realidade, sem interferir nela, pretendendo familiarizar-se com um fenômeno ou descobrir uma nova percepção. Procura saber atitudes, pontos de vista e preferências das pessoas, além de conhecer a motivação para determinadas ações (FONSECA, 2007, p. 22). Métodos qualitativos se utilizam de descrições verbais para aprofundar questões e se aplica em estudo de caso, pesquisa narrativa, etnográfica, fenomenológica, entre outras (GIL, 2017, p. 39).

A análise e a interpretação de dados utilizam a abordagem fenomenológica, a qual busca, descreve e interpreta fenômenos conforme percebidos pelos respondentes. Pretende captar a essência dos fenômenos, com base na interpretação de mundo consciente do sujeito, formulada com base em suas experiências, naquilo que aparece, e não no que o pesquisador já pensava ou já sabia (GIL, 2017, p. 35).

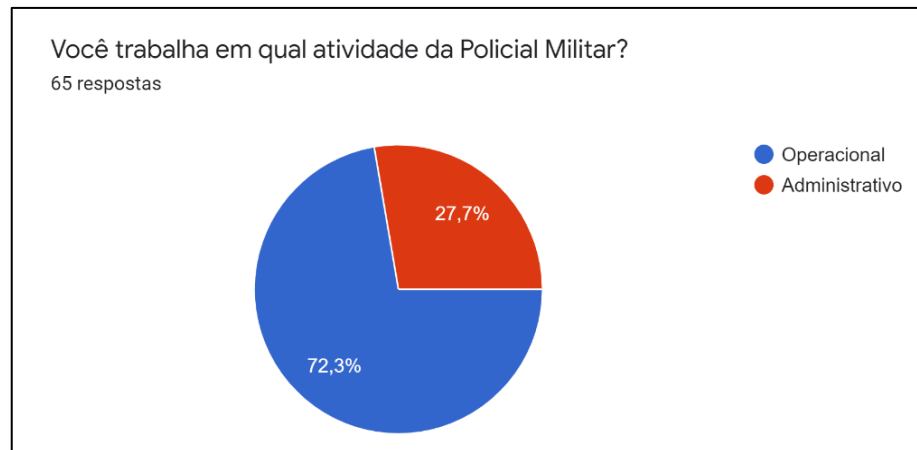
3 RESULTADOS

3.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

São exclusivamente os policiais militares que responderam ao questionário, tanto homens quanto mulheres. Conforme a figura seguinte, 72,3% trabalham no serviço operacional e 27,7% trabalham no setor administrativo. Considerou-se a amostra adequada, pelo fato de ter

mais respostas do serviço operacional, de onde se partiu a problemática de pesquisa que busca compreender justamente os conflitos das demandas deste setor e sua relação com a fé. No entanto, as respostas do setor administrativo podem vir de pessoas que não desejariam fazer parte do corpo operacional justamente pelo conflito com a fé. Então, também são úteis para a análise.

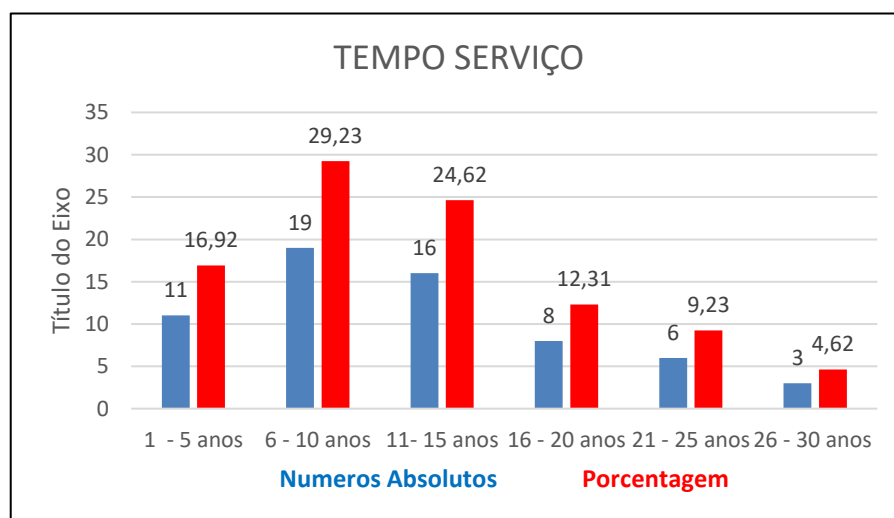
Figura 1: Setor da PM onde trabalham os respondentes.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Procurou-se saber a quanto tempo os respondentes trabalham na polícia. Para melhor apresentar os dados, foram divididos em períodos de cinco anos de trabalho. Optou-se por esse intervalo temporal em decorrência do subsídio (salário) policial, o qual sofre alterações a cada quinquênio trabalhado. A figura seguinte mostra o perfil etário dos participantes de pesquisa.

Figura 2: Tempo de serviço na PM.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Conforme dados da pesquisa, 90,8% dos 65 participantes afirmam participar de alguma denominação religiosa, enquanto 9,2% afirmam não participar. Quando questionado sobre a frequência em que policiais militares participam de suas organizações religiosas, 50,8% dos respondentes afirmaram que “participam de vez em quando”, 23,8% disseram ser “membros ativos” e 25,4% “raramente” frequentam uma organização religiosa.

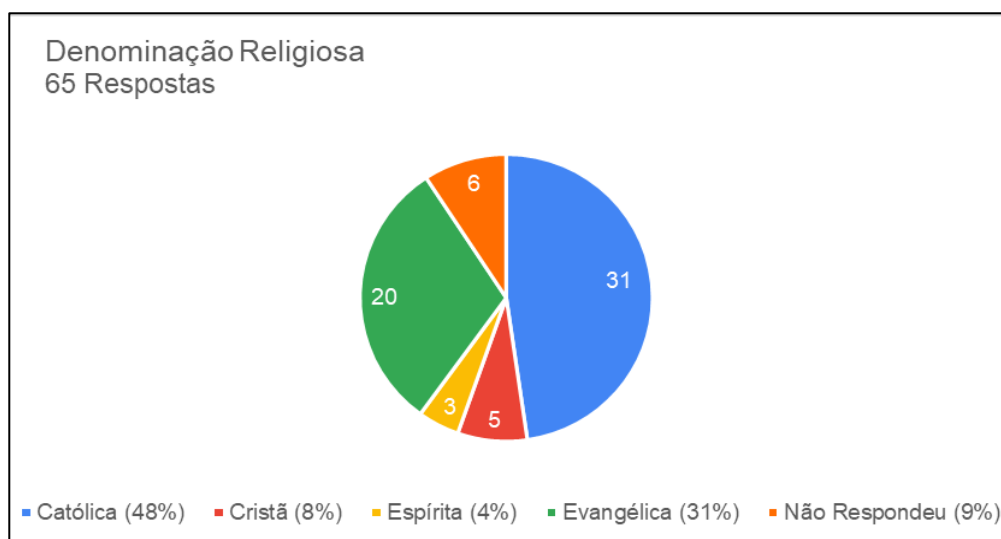
Figura 3: Frequência de participação em organização religiosa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Quando perguntado sobre sua denominação religiosa, as que se destacaram foram católica, evangélica e espírita. Dos 65 pesquisados, 48% relataram que professam a religião católica, 31% se dizem evangélicos e 4% espíritas, 17% citaram cristã ou não responderam.

Figura 4: Denominação religiosa dos respondentes.



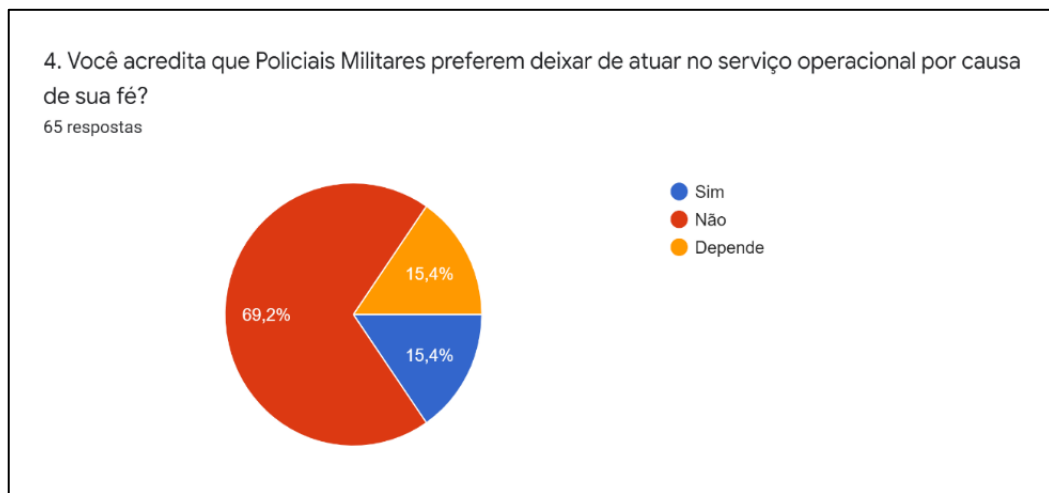
Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Em suma, grande parte dos respondentes da pesquisa trabalham no serviço operacional. A porcentagem dos que participam ativamente ou de vez em quando da sua igreja é favorável à análise dos resultados, os quais requerem algum conhecimento ou vivência com a prática religiosa para validar as respostas.

3.2 RELAÇÃO DO SERVIÇO OPERACIONAL COM A FÉ

Quando perguntado se os respondentes preferem deixar de atuar no serviço operacional por causa da fé, 69,2% responderam que não. Os que responderam “sim” foram 15,4% e os que responderam “depende”, também foram 15,4% conforme figura a seguir. Nesse sentido, a hipótese de afastamento do serviço operacional em decorrência da prática religiosa se confirmou em pouco mais de 30% das respostas, indicando que esse não é o único motivo de tal afastamento.

Figura 5: Relação da preferência por local de atuação na polícia em relação à fé.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Dos 65 respondentes, 30 deram algumas pistas sobre possíveis motivos, ao justificarem suas respostas. Dentro do percentual que acredita na hipótese de afastamento do serviço operacional por decorrência da fé, encontram-se os seguintes motivos:

3.2.1 Divergências de opinião por causas diversas geradoras de conflitos

Sobre possíveis motivos para os policiais terem preferência pelo serviço administrativo, o PM8 acredita ser pela existência de “oposições de ideias entre os companheiros de serviço” e

“princípios éticos e morais que envolvem o policial religioso em relação àqueles que não observam esses princípios”. Para o PM 32, as divergências são por “não compactuar com alguns excessos de companheiros”.

O PM8 acredita ser por causa de “conflitos interpessoais pela forma de atuar nas ocorrências”. Para o PM14, é pelo “uso de arma e força progressiva”. O PM20 diz ser “talvez medo, escalas”. Enquanto o PM46 acredita ser por “covardia”. Para o PM58, “alguns acham que não é correto tirar a vida de alguém, ainda que amparado legalmente”.

Sobre os conflitos interpessoais, sete policiais relataram temas comuns na realidade do trabalho de rua. Nota-se que em alguns casos policiais não concordam com a maneira que seus companheiros agem durante uma ação. Uma opinião indica a existência de uma diferença comportamental entre religiosos que observa com maior interesse alguns princípios, daqueles que não são religiosos.

3.2.2 Qualidade de vida

O PM24 com 3 anos de trabalho, evangélico atuante, não acha que seja a fé, e sim a “qualidade de vida” que motiva a não querer trabalhar na atividade operacional. Outro declarante, o PM26 acredita ser pelo fato “do serviço administrativo ser mais tranquilo que o operacional”. Para o PM53, “cada pessoa tem sua especialidade”. Nesse caso encontra-se a percepção de que o trabalho administrativo se torna atrativo por dar melhor qualidade de vida, tranquilidade bem como considera-se a identificação de cada pessoa com seu setor.

3.2.3 Conflito com as práticas da fé ou Bíblia

Sobre as razões de conflito entre o serviço operacional com as práticas da fé, o PM16 mencionou “aqueles que guardam os sábados”, assim como o PM33 alegou a “doutrina religiosa”, enquanto o PM61 acredita que “depende da denominação religiosa”. Para o PM21, evangélico, com dezesseis anos de polícia, “há algumas religiões que são rígidas, mas que não deve interferir no trabalho”, assim como o PM34, católico, com vinte anos de polícia, citou que “depende da rigidez da denominação e grau de envolvimento” na igreja.

O PM29 disse que “o serviço policial acaba sendo visto por alguns religiosos como um ato contrário ao que a Bíblia Sagrada ensina, ou seja, quem tem o poder de dar ou tirar a vida é somente Deus”. E nessa mesma linha está o PM39 afirmando que “muitas atitudes durante o

serviço contradizem as ideologias cristãs, e podem ser interpretadas de diversas formas”. Para ele, “alguns podem deixar a fé falar mais alto e acabar desistindo” do serviço operacional.

Dos seis respondentes, há declarantes relatando que a doutrina, a rigidez da denominação religiosa e a interpretação bíblica podem ser motivos para que o policial militar se afaste do serviço operacional.

3.2.4 A fé considerada compatível com a atuação no serviço operacional

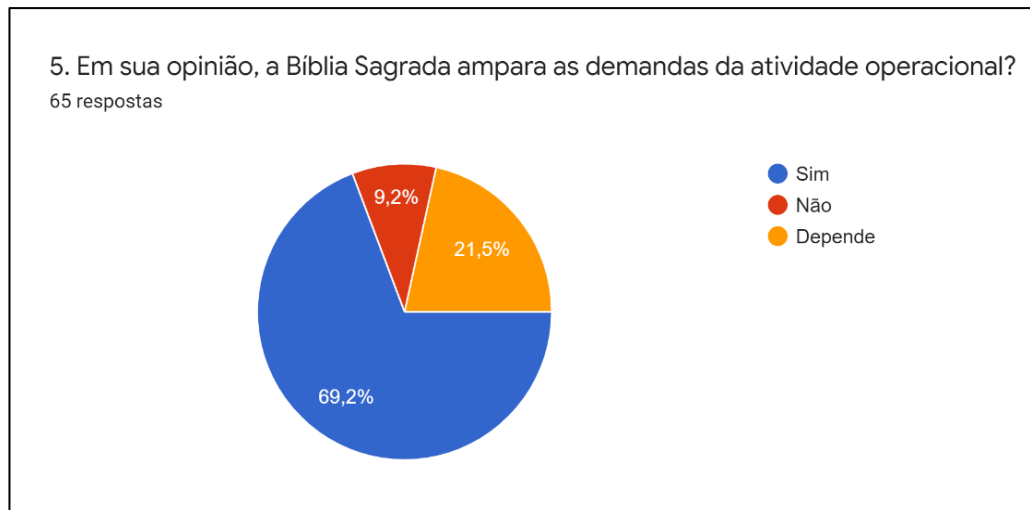
Para a maior parte dos respondentes não há incompatibilidade do serviço operacional com os ensinamentos bíblicos. O PM25 por exemplo, católico, do setor administrativo atualmente, com 25 anos de carreira disse: “[...] o policial pode atuar operacionalmente, mantendo seus princípios religiosos, boa índole e conduta ilibada, sem afetar o bom atendimento ao cidadão de bem”. Nessa mesma linha, segue o PM47 dizendo que “quem segue os princípios da fé, pode fazer um ótimo trabalho operacional” e o PM54 afirmando que “o policial que entende o sentido da fé e da religião também reconhece a importância do seu trabalho pelo cidadão”. Ainda outros temas surgiram como não temer confrontos com a fé, “lutar as batalhas por Deus” (PM50), assim como “o policial adapta a execução da atividade conforme suas convicções” (PM20).

Assim, grande parte dos pesquisados não acredita que a fé seja uma causa para policiais se afastarem do serviço operacional. Apareceram causas como relacionamento interpessoal, qualidade de vida e em alguns casos, foi dada ênfase para interpretação bíblica, rigidez da denominação religiosa ou a doutrinas seguidas por uma determinada confissão de fé como motivação para o policial se afastar dos trabalhos de rua. Mesmo as questões de fé não tendo sido apontadas pela maioria, alguns acreditam nesta possibilidade, não podendo ser negligenciado a existência desse fato.

3.3 A BÍBLIA SAGRADA E AS DEMANDAS DA ATIVIDADE OPERACIONAL

Quando perguntado se a Bíblia Sagrada ampara o policial que trabalha nas ruas atendendo ocorrências, participando de operações, entre outras atividades, 69,2% dos respondentes acreditam estarem amparados na palavra de Deus para exercer a atividade. Já, 21,5% responderam “depende” e apenas 9,2% não acreditam no amparo bíblico para isso. Esses últimos não descreveram os motivos.

Figura 6: Relação entre Bíblia Sagrada e o serviço operacional.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Alguns temas surgiram entre aqueles que acreditam no amparo dado pela Bíblia às demandas operacionais do policial militar.

3.3.1 Ampara trazendo conforto em momentos de turbulência

O PM34 falou em “amparo espiritual” quando se refere à Bíblia. Nessa linha também o PM 37 mencionou que “as palavras de fé trazem conforto nos momentos de angústia, tranquilidade em meio à turbulência e estresse”, seguido pelo PM39 ao mencionar o “conforto que as palavras trazem”.

3.3.2 Ampara tanto pela Bíblia quanto pela legislação

O PM9, evangélico com dez anos na polícia, citou Romanos 13.1-5 e o PM28 mencionou os 10 mandamentos, para responder à pergunta se a Bíblia ampara as demandas da atividade operacional. O PM49 disse que “a Bíblia é o livro sagrado que vai nortear a vida do homem que crê em Deus”, assim como o PM54 dizendo que “a Bíblia já descreve nela a

importância de reconhecimento das autoridades constituídas assim como o uso da vara e da espada". Já o PM12 falou da “legítima defesa como um caso consagrado” e o PM64 mencionou o “respeito às leis e as autoridades” como prática com respaldo bíblico.

Aqui percebe-se os policiais do serviço operacional reconhecendo a Bíblia e as diversas legislações (autoridade) como livros que amparam a atividade profissional.

3.4 A PRÁTICA RELIGIOSA EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Quando perguntado se achavam que as atividades profissionais na linha de frente poderiam afastar os policiais militares da prática religiosa, 50,8% responderam “não”, 24,6% responderam “sim” e 24,6% responderam “depende”.

Figura 7: Relação entre serviço operacional e a vida religiosa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Nas informações de alguns respondentes, existe um peso significativo entre prática religiosa e o trabalho operacional. As respostas entre “depende” e “sim” chegaram a 49,2%, ou seja, quase a metade dos policiais. Alguns comentários da pesquisa deram o indicativo para o afastamento da prática religiosa pela atividade operacional.

3.4.1 Afasta por estar em contato com pessoas que vivem as margens da lei e da ordem pública

O PM27 citou a problemática das práticas de “corrupção e prostituição”, assim como o PM31 falou do tipo de pessoas à margem da sociedade, com as quais os policiais lidam e o

PM33 mencionou que “a atividade operacional proporciona na maioria das vezes a visão da pior parte do ser humano”, alterando, em muito, a percepção de realidade do policial. Já o PM8 mencionou comportamentos voláteis por parte do ser humano e sentimento de autossuficiência ao ponto de achar que não precisa da vivência de fé.

Dos quatro respondentes, o que ficou evidenciado é um problema conhecido entre os policiais. Quando se trabalha na rua, entra-se em contato com pessoas com sérios problemas de comportamento e isso pode afastar os atuantes da linha de frente de sua atividade religiosa de acordo com esses respondentes. Foi mencionada também a sensação de autossuficiência gerada pela profissão, considerando-se a atividade religiosa desnecessária.

3.4.2 Afasta pela sobrecarga de trabalho

O PM11, evangélico, disse que “a carga horária demasiada, o estresse pelos desmandos com a tropa [...] não dá ânimo para outros afazeres”. Acompanha esse pensamento o PM39 ao considerar que são “as escalas excessivas” como impedimento para ir aos cultos. A carga de trabalho é um tema discutido há muito tempo na caserna, já que policiais militares não são amparados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Enfim, a sobrecarga de trabalho também pode afastar policiais militares de sua atividade religiosa pela falta de tempo e cansaço.

3.4.3 Não afasta da vida religiosa

Para 50,8%, a atividade operacional não afasta da prática religiosa. Eles descreveram alguns motivos. O PM16 disse: “ainda que estejamos cansados do serviço [...] devemos ter um tempo para a religiosidade”, seguido pelo PM18: “aqueles que tem uma prática religiosa naturalmente a mantêm”. Para o PM46, a “prática religiosa tem que fazer parte da vida do profissional”, seguido pelo PM51: “se está focado em realizar o bom trabalho não irá se afastar dos mandamentos”.

Na relação entre o serviço operacional e prática religiosa, a carga horária e alguns tipos de comportamentos são fatores destacados para o afastamento do policial para com sua igreja. Numa outra linha, se percebe a necessidade de manter a religiosidade, até para que isso seja algo natural e faça parte da vida profissional. Eles veem isso como algo a ser buscado intencionalmente.

3.5 A CAPELANIA NA SAÚDE MENTAL E ESPIRITUAL DOS POLICIAIS MILITARES

Alguns policiais deram indicativos para a contribuição satisfatória da capelania, seja na saúde mental ou na espiritual dos efetivos da Polícia Militar.

3.5.1 Atuação em forma de ensino, instrução e encontros

Para o PM9, é “sempre bom todos os policiais conhecerem a palavra de Deus”. O PM7 disse que a capelania “deve promover cultos que possibilite a família do militar participar e com atividades dominicais às crianças”, acompanhado pelo PM27 ao sugerir “culto, missa, uma reunião por semana nas unidades”. Nessa mesma linha está o PM60 mencionando “encontros litúrgicos”. O PM10 sugeriu a capelania “através de conselhos e orientação se embasando na Bíblia”, o PM12, “atendimento em células nas unidades do interior”, assim como o PM16, “atividades, eventos, palestras, orientações e lembrar a todos nós que estamos e não Somos” e o PM58 “através de palestras”.

O PM3 indicou “mostrar Jesus Cristo como nosso único Salvador para os militares se separarem dos vícios [...]”. Para o PM2 é possível a atuação da capelania “ajudando os policiais a compreender que o amor de Deus é incondicional”. Pode ser viabilizada “aconselhando, fazendo terapia individual, muitos não gostam de expor” (PM47) e “prestando assistência espiritual regularmente, auxiliando e conservando a motivação dos policiais” (PM25). Assim também é o pensamento do PM18 sugerindo prestação de “assistência religiosa”.

Enfim, na maioria das respostas aparecem sugestões de como a capelania poderia atuar para ser mais efetiva e relevante. Acreditam que ela traria benefícios para a saúde mental e espiritual inclusive dos familiares dos policiais militares, não tendo sido mencionado nada contrário ao trabalho da capelania no ambiente militar.

3.5.2 Maior presença nas unidades operacionais

O PM41 disse que a capelania pode ser relevante com a participação ativa nas unidades operacionais. Assim, poderá proporcionar contato e assistência religiosa durante o serviço nas companhias, “sem onerar o horário de folga do militar, com assistência permanente da capelania em algum local fixo da PMPR, podendo ser acionado por meio de telefone”. O PM51 mencionou a necessidade de ser ela “mais presente, mais ativa no dia a dia junto a tropa”,

confirmada pelo PM4 que acrescentou ainda a ideia de explicar ao policial “e a sua família que o capelão está ali para acolhimento, apoio e suporte”. O PM50 sugeriu fazer visitas.

O PM6 mencionou o fato vantajoso de estar a capelania “atuando de forma integrada com os acontecimentos”. O PM24 falou em “uma aproximação mais efetiva” com os policiais. O PM5 acredita que “a instituição pode contribuir, dando mais ênfase aos serviços oferecidos pela capelania. O PM11 sugeriu “talvez se aproximar da tropa, promover encontros e reuniões nos batalhões”. O PM 34 mencionou “visitas aos locais de serviço bem como maior atuação em situações críticas”. Já o PM42 admitiu terem “carência por parte da capelania” e que ela teria que ser estendida junto às unidades “e não centralizada em um único lugar” e o PM65 sugeriu mais proatividade por parte da capelania.

3.5.3 Dando ênfase no trabalho emocional e espiritual

O PM62 sugeriu disponibilizar a capelania para estar mais próxima dos policiais “ouvindo e orientando todos que sentem a necessidade de falar e também ouvir cada um”. Para o PM19, “a capelania militar deve auxiliar os militares estaduais na restauração emocional”. Nesse sentido, o PM21 acredita que ela ajuda “dando o devido amparo espiritual que o policial necessita”, pois, “muitas vezes se perde a fé e é necessário um acompanhamento espiritual para a pessoa se situar novamente”. Pois, conforme o PM22, a capelania ampara quando necessário. O PM28 acredita nela como “suporte na área espiritual”.

O PM39 acredita que a capelania pode trazer “palavras de conforto e de perdão, caso alguém carregue o sentimento de culpa por algo que tenha feito ou dito”, e também assistir espiritualmente (PM43). Para o PM59, a capelania “com certeza pode contribuir de forma positiva pois a fé e a crença em Deus é o pilar principal para a vida”. O PM64 alegou que “o ser humano em si é um ser espiritual e como tal necessita desta direção e aconselhamento”.

Todas essas contribuições apontam para a capelania como relevante e positiva para o policial militar. Ela deve ser efetiva e atuante. E se espera uma capelania mais presente, estando nas unidades militares e dando apoio espiritual nas suas diversas formas de atuação.

4 DISCUSSÃO

Conforme os resultados da pesquisa, os respondentes trabalham em sua maioria no serviço operacional. Observou-se um número significativo de confissões de fé, das quais, 74,6% frequentam “ativamente” ou de “vez em quando” sua igreja e 25,4% vão raramente”. Isso dá

uma perspectiva de que policiais militares podem estar influenciados pelos ensinamentos de sua denominação religiosa.

Conforme Oliveira (2019, p. 19), o programa de atualização cadastral de 2018 indicou que na Polícia Militar existem sete confissões de fé, além daqueles que não declaram ou citaram “outra”, sendo a católica e a evangélica com o maior percentual.

Tabela 1: Profissão de fé do efetivo da PMPR.

Profissão de Fé	Quantidade	Porcentagem
Católica	11.713	57,38%
Evangélica	5.207	25,51%
Não Declarada	2.263	11,09%
Outra	641	3,14%
Espírita	526	2,58%
Budista	37	0,18%
Judaísta	12	0,06%
Muçulmana	11	0,05%
Hinduísta	4	0,02%
Total geral	20.414	100,00%

FONTE: Adaptado de PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL (2018)

Fonte: (OLIVEIRA, 2019).

Houve pouca alteração na porcentagem das profissões de fé preponderantes com relação à presente pesquisa na qual, dos 65 respondentes, 48% relataram que professam a religião católica, 31% se dizem evangélicos e 4% espíritas, 8% citaram cristã e 9% não responderam. A diversidade religiosa é evidente e deve ser considerada num trabalho de capelania.

O trabalho de capelania deve ser feito com estrito respeito à fé de cada indivíduo e de cada militar no contexto da sua instituição e limita-se à assistência espiritual.

Vale lembrar que o trabalho de capelania está envolto na assistência espiritual. Para tanto, é importante entender que há uma diferença entre espiritualidade e religiosidade. Apesar de relacionadas e às vezes confundidas como sinônimos, a religiosidade se refere à sistematização de reuniões e doutrina aceita e praticada por um grupo. Já a espiritualidade envolve o significado e o propósito da vida, formado por crenças em aspectos espiritualistas para justificar sua existência, princípios e significados (GUIMARÃES; AVEZUM, 2007).

A capelania tem impacto na vida do policial militar, agregando valores que poderão ter sido perdidos durante a carreira. O policial que por algum motivo se afastou da sua fé, da espiritualidade ou está passando por momentos difíceis, terá através da capelania um novo caminho, uma luz para os seus problemas em decorrência da natureza de seu trabalho.

Para Collins (2004, p. 24), a probabilidade de haver melhora nas pessoas quanto às questões espirituais e emocionais são maiores quando um conselheiro compreende os problemas e tem certo conhecimento sobre como intervir. O capelão, para a realidade do policial militar é o conselheiro certo para trazer as respostas para a vida espiritual e emocional.

Um ponto tratado na pesquisa, foi sobre o policial militar deixar de atuar no serviço operacional em decorrência da sua vida de fé. Apesar de 15,4% concordarem com essa hipótese e outros 15,4% aceitarem a probabilidade, a maior parte (69,2%) desconsidera essa realidade. As questões interpessoais, os conflitos com a doutrina e a interpretação da Bíblia, seriam alguns dos motivos para o afastamento do serviço operacional. Nos casos mencionados, os valores cristãos entrariam em conflito com aqueles que não seguem os ensinamentos bíblicos, pois alguns veem a ação de outro policial como contrária aos ensinamentos defendidos na igreja. Um outro motivo do afastamento do serviço operacional seria para proporcionar a si mesmo e a sua família uma melhor qualidade de vida.

Um assunto pesquisado cujas respostas causaram surpresa, foi a relação do serviço operacional com o afastamento dos policiais da prática religiosa. Um número significativo, 24,6%, entendeu que essa relação existe, outros 24,6% aceitam essa possibilidade, seja pela perda da sensibilidade por pessoas da sociedade com comportamentos inaceitáveis ou pela sobrecarga de trabalho.

O ser humano em alguns aspectos apresenta comportamentos voláteis, suscetíveis de mudanças comportamentais. Algumas pessoas, que tinham vida religiosa assídua, antes de ingressar na corporação acabam por relaxar essa prática devido ao sentimento de autossuficiência que a profissão policial gera. É um certo encantamento que a sensação do "poder" causa, isso, faz com que alguns indivíduos vejam como desnecessária a vida de práticas religiosas, pois têm a ideia de poder tudo sozinho, na carteirada, com uso da arma e autoridade que agora tem (PM8).

O policial passa a perceber a rotina dessas pessoas e desenvolve uma sede de justiça, acreditando que não precisa de ninguém ou de nada para resolver os problemas da sociedade e somente através do encarceramento dessas pessoas, os problemas de segurança serão resolvidos. Ele passa a desacreditar que a igreja possa lhe ajudar com os problemas encontrados na atividade policial e se afasta dela.

Apesar da sociedade não aceitar que existe uma “guerra” nas ruas, para quem vive a realidade da violência e da marginalidade, esse conceito é real. Alguns escritores falam sobre o comportamento do soldado perante a guerra. Em Mello, Pontes e Alves (2017, p. 37-53) há definições sobre o pacifismo, ativismo e seletivismo, os quais são importantes para o policial militar.

De acordo com os autores, o pacifismo é dividido em dois grupos distintos: o bíblico, segundo o qual a guerra é sempre errada, e o social, segundo o qual guerra é sempre má. No ativismo, o recurso da guerra é defendido em qualquer circunstância. Já o seletivismo diz que algumas guerras são justificáveis e outras não, e é nesse campo que se explora a atividade policial, já que o profissional de segurança pública tem a opção de decidir quais das suas ações (guerras) são lícitas e devem ser enfrentadas ou quais são ilícitas e devem ser ignoradas.

Figura 8: Comparação de abordagens

GEISLER (1984, p. 137)	ROBIN GILL (1985)	AÇÃO EQUIVALENTE
Ativismo	Militarismo em toda as situações	Defende o recurso à guerra em qualquer lado, a qualquer hora e por qualquer causa.
Pacifismo	Pacifismo em toda as situações	Recusa o recurso da guerra seja qual for a situação.
Seletivismo	Militarismo Seletivo	Defende o recurso à guerra defensiva quando um país é atacado.
	Pacifismo seletivo	Recorre a guerra apenas quando se está convencido que é uma guerra justa.

Fonte: Adaptado de Mello, Pontes e Alves (2017, p. 36,37).

Quando se usa o termo “guerra”, deve-se entender que, ao se viver em tempo de paz, a guerra que policiais lutam, é aquela em que o inimigo é o criminoso, cabendo ao Ministério Público e ao Judiciário acusar e julgar. O policial antes de assumir o serviço deveria elevar suas preces ao Senhor, pedindo sua proteção e que não perca a sensibilidade pelo sofrimento alheio. Deve lembrar que a instituição religiosa é importante para sua vida espiritual e mental.

O capelão é um exemplo de servo ao demonstrar seu trabalho abnegado, de acordo com Mello, Pontes e Alves (2017, p. 22). E ele “não deve trabalhar, em primeiro plano, pelo salário, por promoções, viagens, cursos ou para ser reconhecido perante a autoridade humana; seu trabalho é um serviço a Deus em primeiro lugar”.

O capelão é desafiado a chamar a atenção para a dignidade humana proveniente de Deus presente na vida daqueles que precisam de apoio. Sua mensagem estará focada naquilo que Deus expressa em sua Palavra, não na simples análise humana a respeito da realidade que ele vê diante de si. (MELLO; PONTES; ALVES, 2017, p. 17).

Conforme Scazzero (2014, p. 17), não existe maturidade espiritual sem maturidade emocional e essa ligação entre elas é uma grande área inexplorada. Nesse sentido, o trabalho de capelania deveria explorar a saúde mental e emocional em suas abordagens.

Outro assunto perguntado, foi como a Bíblia pode dar suporte à atividade operacional. Pelas respostas da maior parte dos respondentes, é possível concluir que o Livro Sagrado

continua atual e oferece respostas aos dilemas cotidianos, trazendo conforto e amparo, e a capelania para é um instrumento com ampla aceitação entre os Policiais militares. Portanto, pode ser usada para essa finalidade.

Para Schulli (2013, p. 7, 8),

a Bíblia Sagrada demonstra no Antigo Testamento (AT) o cuidado pastoral, o qual tem seu vínculo à aliança com Deus. Quando essa aliança é quebrada, as pessoas são convidadas a reatá-las com o propósito de voltar à vida, é justamente neste ponto que entra o capelão como facilitador deste reencontro com o sagrado. Já no Novo Testamento (NT), o cuidado com as pessoas projetava-se no exemplo de Cristo, que apresentou um modelo de vida saudável, demonstrando a misericórdia divina em todos os momentos. O específico do aconselhamento espiritual está nas suas raízes bíblicas, ou seja, na forma de ver o ser humano na relação com o sagrado. Dessa forma, o capelão se utilizará do aconselhamento espiritual tendo como referência o agir de Jesus Cristo.

Na Bíblia se encontra suporte para o serviço de capelania, embora esse termo não apareça explicitamente. No Antigo Testamento, o livro de Juízes por exemplo, conta a história de Mica que no tempo de Juízes contratou um levita para ser seu sacerdote (Jz 17). O levita poderia ser considerado um capelão. Também em 1 Reis 22, os profetas que consultavam a Deus nas batalhas foram exemplos de capelães militares, pois eram líderes espirituais procurados para oferecer assistência ao exército na guerra (MELLO; PONTES; ALVES, 2017, p. 15). Ainda, conforme esses autores, no Novo Testamento encontram-se passagens compatíveis com a atividade de capelania, a exemplo de Lucas 10.29-37, na história do bom samaritano. Ele demonstrou amor ao assistir o moribundo que estava em seu caminho, cuidando das feridas e levando-o até uma hospedaria, ignorando sua origem étnica, social e religião.

Com relação às contribuições da capelania para a saúde mental e espiritual, é prudente discorrer sobre o que já existe na Polícia Militar. Em 2016, foi criado o plantão psicossocial para atendimento de eventos traumáticos ocorridos com policiais, e dentre eles estão luto familiar ou incidentes críticos. O acionamento da equipe multidisciplinar, composta por policiais militares com formação em psicologia, assistência social e teologia, é efetuado através do chefe do Centro de Operações Policiais Militares (COPOM). (PARANÁ, 2019a).

Atualmente, o serviço de capelania militar desenvolve as seguintes atividades: acolhimentos a militares ou familiares em situações de luto, doença familiar, em visitas domiciliares, assistência a militares ou seus dependentes internados em unidades hospitalares ou unidades prisionais. (PARANÁ, 2019b).

Já as atividades desenvolvidas de capelania do centro terapêutico são as seguintes: triagem e internamento para pacientes em clínica para dependência química e transtorno mental, visitas domiciliares e as unidades para sensibilizar militares e familiares ao tratamento/internamento, acolhimentos a militares ou familiares em situações de surtos psicóticos. (PARANÁ, 2019b).

Com a regulação do serviço de assistência religiosa e as atividades de capelania no âmbito da Polícia Militar do Paraná em 2019, a corporação levando em consideração os problemas de natureza emocional e espiritual, bem como entendendo a necessidade de dar respostas às demandas religiosas e gerenciar os trabalhos de capelania, criou as normas para a participação de civis e militares para a assistência religiosa. (PARANÁ, 2019c).

Foram criados os “Capelães Voluntários” constituídos por pastores, sacerdotes e diáconos e ainda os “Assistentes Religiosos Voluntários e os Auxiliares de Assistente Religioso Voluntário” que poderão ser militares estaduais da ativa prestando serviços religiosos sem prejuízo das suas funções na corporação. Para ingresso como Capelão Voluntário e Assistente Religioso Voluntário, pede-se curso superior em Teologia de nível universitário, além de outros requisitos. Já, para ser Auxiliar Religioso, não há essa necessidade do diploma universitário. (PARANÁ, 2019c).

A capelania pode contribuir de maneira significativa, se inserida no âmbito militar, pois muitos não conhecem a verdade que liberta por meio da palavra. Projetos que envolvem a capelania podem diminuir casos de suicídio, depressão, crime, transgressão e demais problemas mentais que afetam a tropa, bem como familiares (PM5).

O PM5 citou que a capelania pode diminuir os casos de suicídio. Vale lembrar que esse tema foi levantado pela Associação de Praças do Paraná (APRA), em matéria no Paraná RPC, denunciando que 23% dos afastamentos médicos de policiais militares eram por problemas psicológicos e psiquiátricos (PARANÁ RPC, 2019). Os Dados da Revista Gestão e Saúde informam que entre 2013 e 2016, vinte e um policiais militares haviam cometido suicídio no Paraná (SILVA; BUENO, 2017, p. 10). Já, a Assembleia Legislativa do Paraná discutiu o suicídio de policiais em 2019, visto que dados coletados em 2018 indicavam um crescimento do número de vítimas. Ela reuniu especialistas para debater as altas taxas nas estatísticas (ALEP, 2019).

Diante do exposto, lança-se a proposta para que a Polícia Militar torne público um concurso para Oficiais Capelães, crie a figura do “Capelão Interventor”, a qual surge nos moldes de uma ideia já praticada, conhecida como “Primeiro Interventor em Crises” (SILVA,

2011, p. 51, 52). A corporação vendo um número expressivo de ocorrências de roubo com reféns, rebeliões em presídios, sequestro, entre outras, as quais eram necessárias ações de cunho técnico para impedir o seu agravamento, criou um curso específico para que policiais tivessem noções básicas de como agir em caso de uma ocorrência dessa natureza, impedindo que ela se expandisse até a chegada de um negociador policial.

O “Capelão Interventor” seria aquele profissional com treinamento básico em capelania que iria atuar num primeiro momento, intervindo em situações que achasse necessário, dando acolhimento e aconselhamento até o encaminhamento para SAS.

Portanto, o policial militar pode atuar tanto na administração como nas ruas e o comandante é que decide onde haverá a maior necessidade de aplicação. A capelania deve ser de natureza espiritual, porque existem várias denominações religiosas na corporação, devendo ser mais proativa. As chances de melhoras dos policiais militares por questões espirituais e emocionais são maiores quando o capelão compreende os problemas da tropa e tem conhecimento de como intervir. A Bíblia ampara as demandas de fé e continua atual. O policial poderá justificar suas atitudes profissionais quando entender que a luta for justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese sobre policiais preferirem trabalhos administrativos para evitar as tensões que geram afastamentos por motivos de fé ou saúde mental foi confirmada parcialmente. Dentre os motivos para o afastamento do serviço de rua, estão as divergências interpessoais, qualidade de vida e conflitos entre a prática religiosa e interpretação bíblica. 69,2% dos respondentes desconsideram que a fé seja o motivo para o policial militar se afastar do serviço operacional. Esse mesmo percentual foi encontrado para aqueles que consideram o amparo da Bíblia Sagrada às ações dos policiais da rua.

Somente 23,8% dos respondentes frequentam sua denominação religiosa constantemente, algo que a igreja deveria debater e considerar em suas práticas religiosas. Constatou-se que o serviço de capelania poderia ser mais efetivo no tratamento de tensões.

Um assunto que causou surpresa, foram as opiniões em relação se o serviço operacional afasta os policiais da prática religiosa. Um número significativo, 24,6 %, entendeu que essa relação existe, outros 24,6% aceitam essa possibilidade (49,2% no total). A perda da sensibilidade por pessoas com comportamentos inaceitáveis, a sobrecarga de trabalho e a autossuficiência que a profissão gera foram mencionados. Essa porcentagem deve ser considerada e debatida entre comandantes e a capelania.

Sugere-se que para uma pesquisa similar posterior, poderia ser perguntado se os respondentes são homens ou mulheres, e verificar as implicações para a preferência ao trabalho administrativo.

Apesar da regulamentação dos serviços de capelania na PMPR, não existe uma quantidade significativa de policiais militares exercendo a atividade. A proposta de capelães concursados e capelães voluntários (interventores) nas unidades operacionais é um grande desafio aos comandantes, pois exige abertura de concurso público e treinamento de capelania aos militares estaduais.

Jesus disse: "A colheita é grande, mas os trabalhadores são poucos. Portanto, peçam ao Senhor da colheita que mande trabalhadores para a sua colheita" (Lc 10.2 NVI).

Existe a necessidade de informar aos policiais militares sobre o trabalho de capelania em todas as cidades do Paraná. Seria proveitoso criar uma literatura específica levando em consideração a realidade vivenciada pelos policiais, até porque muitos ainda acreditam que fazer capelania é simplesmente levar as práticas eclesiais para dentro dos quartéis. Os profissionais de capelania devem estar atentos à dignidade humana dos policiais e focar naqueles que necessitam do apoio espiritual.

Quando se encontra um capelão policial militar, conhecedor da vivência policial, este terá empatia na atividade operacional e sua experiência poderá ser usada para aplicar os conceitos bíblicos e espirituais à tropa. Grande parte da atividade da capelania militar é instruir, orientar e ouvir.

Ao exercer a atividade de capelania, o policial militar deve entender que passará a servir seu companheiro, não pressupondo que isso lhe deixará mais forte, inteligente ou saudável emocionalmente. Seu trabalho é servir a Deus em primeiro lugar e através do seu conhecimento e da força do Espírito Santo, irá atuar de forma eficiente, seja apagando um "incêndio" emocional num primeiro momento, seja acompanhando um policial em crise ou relatando ao comandante sobre a instabilidade de seu companheiro.

REFERÊNCIAS

ALEP. Saúde mental de policiais paranaenses será debatida em audiência pública. 2019. Disponível em: <<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/saude-mental-de-policiais-paranaenses-sera-debatida-em-audiencia-publica>>. Acesso em 26/05/2022.

ALVES, Gisleno Gomes de Faria. Apresentação. In _____(org.). **Manual do Capelão: Teoria e Prática**. São Paulo: Hagnos, 2017. p. 7-12.

BARCLAY, William. **Palavras chaves do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1994.

BÍBLIA online. Nova Versão Internacional. Disponível em:
<<https://www.bibliaonline.com.br/nvi>>. Acesso em: 01/05/2022.

BRASIL. Código Penal. Decreto Lei 2848 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848_compilado.htm>. Acesso em:
30/11/2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em:
30/11/2021.

BRASIL. Capelania Militar. Lei Federal 6923 de 29 de junho de 1981. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6923.htm#:~:text=LEI%20No%206.923%2C%20DE,Assist%C3%A2ncia%20Religiosa%20nas%20For%C3%A7as%20Armadas.&text=Art%20.,ser%C3%A1%20regido%20pela%20presente%20Lei>. Acesso em: 02/5/2022.

COLLINS, Gary R. **Aconselhamento Cristão**. Edição século XXI. São Paulo: Vida Nova, 2004.

FILHO, Lucio Fortes Moreira. **A influência dos Cultos Cristãos e Afro brasileiros na Conduta dos Policiais militares das Unidades do CPC**. 2004. Disponível em:
<<http://biblioteca.unespar.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/00004d/00004da0.p>>. Acesso em: 02/5/2022.

FONSECA, Regina C. V. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba: IESDE, 2007.

GEISLER, N. L. **Ética Cristã**: Alternativas de questões contemporâneas. São Paulo: Vida Nova, 1984.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GILL, Robin. *Textbook of Ethics*. Edinburgh: T&T Clarke Ltd., 1985.

GUIMARÃES, Hélio Penna; AVEZUM, Álvaro. **O impacto da espiritualidade na saúde física**, Ver Psiquiatr. clín., São Paulo, v.34, supl.1, 2007, p.88-94. Disponível em:
<<http://biblioteca.unespar.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/00006f/00006f48.pdf>>. Acesso em: 12/12/2021.

MELLO, Walter Pereira de; PONTES, Edmilton Carvvalho; ALVES, Gisleno G. F. Fundamento bíblico-teológico da capelania. In ALVES, Gisleno Gomes de Faria (org.). **Manual do Capelão Teoria e Prática**. São Paulo: Hagnos, 2017. p. 13-59.

OLIVEIRA, Martins de. **Saúde espiritual e seu reflexo na saúde do militar estadual: o papel da capelania militar voluntária**. Trabalho de Conclusão de Curso (Aperfeiçoamento de oficiais) – Academia Policial militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2019. 30p. Disponível em: <<http://biblioteca.unespar.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/00006f/00006f48.pdf>>. Acesso em: 02/05/2022.

PARANÁ. Policia Militar do Estado do Paraná. Diretoria de pessoal. Plantão psicossocial. 2019a. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/plantao_psicosocial.pdf>. Acesso em: 11/10/2021.

PARANÁ. Capelania. 2019b. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/capelania.pdf>. Acesso em 26/5/2022.

PARANÁ. Boletim-geral nº 238. E-Protocolo nº 16.280.947-4 Cria (Regula o Serviço de Assistência Religiosa e as atividades de Capelania no âmbito da Polícia Militar do Paraná). Documento interno da Polícia Militar do Paraná. 2019c.

PARANÁ. **Código da Polícia Militar do Paraná**. Lei 1943 de 23 de junho de 1954. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=14555&codItemAto=157326>>. Acesso em: 02/05/22.

PARANÁ. **Organização Básica da PMPR-LOB**. Lei Estadual nº 16.575 (2010). Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56275&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em 26/05/22.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná** (1989). Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=9779&codItemAto=97592>>. Acesso em: 20/10/2021.

PARANÁ RPC. **Problemas psicológicos são a causa de 23% dos afastamentos médicos de Policiais militares no Paraná**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/10/14/problemas-psicologicos-sao-a-causa-de-23percent-dos-afastamentos-medicos-de-policiais-militares-no-parana-diz-associacao.ghtml>>. Acesso em 26/5/2022.

SALDAÑA, Johnny. *The coding manual for qualitative researchers*. 2.ed. London: Sage, 2013.

SCAZZERO, Peter. **Igreja Emocionalmente Saudável** – A estratégia de discipulado que atualmente muda vidas. São Paulo: Vida, 2014.

SCHULLI, Jonatas Boaventura. **Reestruturação da capelania na Polícia Militar do Paraná frente a nova estrutura vigente**. Artigo de Conclusão de Curso (Aperfeiçoamento de oficiais) – Academia Policial militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2013. 27p. Disponível em: <<http://biblioteca.unespar.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/00004e/00004e8e.pdf>>. Acesso em: 20/10/2021.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Marco Antônio; BUENO, Helen Paola Vieira. **O suicídio entre Policiais militares na polícia militar do Paraná: Esforços para prevenção**. In Rev. De Ciências Policiais da APMG. São José dos Pinhais, v.1, n.1, p. 5-23, 2017. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos_restritos/files/documento/202001/01_o_suicidio_entre_policiais_militares_na_policia_militar_do_parana.pdf>. Acesso em: 23/4/2022.

SILVA, Marco Antônio. **As ocorrências de tentativa de suicídio e suas implicações para os processos de gerenciamento de crises e negociação no âmbito da Polícia Militar Do Paraná**. Artigo de Conclusão de Curso (Aperfeiçoamento de oficiais) – Academia Policial militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2011. 104p. Disponível em: <<http://biblioteca.unespar.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/00004d/00004dfe.pdf>>. Acesso em 16/06/2022.